

ESTUDO Nº 09/2025

# Estimativa do resultado primário de fevereiro de 2025 e números do primeiro bimestre

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira  
Núcleo de Economia e Assuntos Fiscais<sup>1</sup>

1. Consultores: Dayson Pereira B. de Almeida e Márcia Rodrigues Moura.

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.

© 2025 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as) e a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria de Orçamento, da Câmara dos Deputados ou de suas comissões.

## 1. ESTIMATIVA DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM FEVEREIRO DE 2025

---

A partir de dados extraídos do DW do SIAFI, estima-se que o resultado primário do governo central no mês de fevereiro de 2025 foi deficitário em R\$ 31,7 bilhões. O número decorre de receitas líquidas de R\$ 142,3 bilhões, ante R\$ 174,0 bilhões de despesas totais<sup>1</sup>.

Em relação ao mês de fevereiro de 2024, a receita total cresceu 1,3% reais: a arrecadação perfez R\$ 201,5 bilhões no último mês, montante pouco superior aos R\$ 199,0 bilhões auferidos no mesmo período de 2024. As receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que incluem impostos e contribuições sociais, cresceram 1,2% em termos reais (R\$ 127,9 bilhões em fev/25 contra R\$ 126,4 bilhões em fev/2024 a valores de 2025). A arrecadação líquida da Previdência também aumentou – de R\$ 50,3 bilhões para R\$ 53,6 bilhões, isto é, 6,5% em valores constantes. Por outro lado, as receitas não administradas pela RFB experimentaram queda de 10,3% em termos reais, saindo de 22,2 bilhões em fevereiro de 2024 para 20,0 bilhões no mês passado.

Também em relação a fevereiro do último ano, a despesa total diminuiu 13,0%: foram desembolsados R\$ 174,0 bilhões em fevereiro/2025, enquanto em 2024 o gasto do mês atingiu R\$ 200,6 bilhões. Tal diferença se explica principalmente pelo pagamento de R\$ 31,0 bilhões (atualizados) em precatórios registrado em fevereiro de 2024, fato que não se repetiu no ano corrente. Desconsiderada essa atipicidade, o gasto teria crescido 1,8% em termos reais. O crescimento das despesas seria potencialmente maior caso o orçamento de 2025 já estivesse aprovado, o que permitiria o pagamento dos reajustes salariais e a retomada do cronograma regular de execução de despesas discricionárias. Dentro do grupo das despesas, os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) elevaram-se em 12,3%, alcançando R\$ 10,3 bilhões; benefícios previdenciários cresceram 2,3%, chegando a R\$ 77,1 bilhões; e abono e seguro desemprego aumentaram 5,6%, somando R\$ 7,9 bilhões no

---

<sup>1</sup> Consultar Apêndice I para tabela com detalhamento.

último mês. As despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, que incluem despesas discricionárias e despesas obrigatórias com controle de fluxo, mantiveram-se constantes.

Ao fim, o resultado primário do mês foi similar ao obtido em fevereiro de 2024, se descontado o pagamento atípico de precatórios verificado no referido mês de 2024.

## **2. NÚMEROS DO 1º BIMESTRE: PROJEÇÕES X REALIZADO<sup>2</sup>**

---

A arrecadação das receitas administradas pela RFB no primeiro bimestre foi R\$ 6,7 bilhões inferior às projeções implícitas na proposta orçamentária para 2025. Embora os números do Imposto sobre a Importação, do Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras tenham superado as previsões em R\$ 9,0 bilhões, conjuntamente, tais excessos foram mais do que compensados por frustrações na Cofins, no PIS/Pasep, na CSLL e nas outras receitas administradas, que totalizaram R\$ 15,6 bilhões a menor, em relação ao estimado no PLOA 2025. As outras administradas, em particular, respondem por 8,8 bilhões da frustração total (arrecadação de R\$ 8,3 bilhões ante previsão de R\$ 17,0 bilhões, ou seja, menos da metade do previsto), indicando que a projeção anualizada trazida pelo PLOA para esse conjunto de receitas (R\$ 108,8 bilhões) – e, por conseguinte, para o total das receitas a arrecadar – deve ser objeto de ajuste relevante nos relatórios bimestrais de avaliação a serem elaborados ao longo do exercício<sup>3</sup>.

No caso da arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o desempenho foi R\$ 2,9 bilhões a menor em relação ao previsto no PLOA 2025.

---

<sup>2</sup> Ver Apêndice II para números apresentados nesta seção.

<sup>3</sup> A propósito, esta Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) vem sublinhando este ponto desde a apresentação do PLOA, em agosto do ano passado. Com efeito, a proposta orçamentária para 2025 incorporou à previsão de arrecadação das outras receitas administradas R\$ 58,5 bilhões em receitas extraordinárias, oriundas de diversas fontes, cuja realização é bastante incerta. Tais receitas, aliás, experimentaram frustração não desprezível em 2024: no PLOA 2024 as outras administradas foram estimadas em R\$ 86,6 bilhões, ao passo que a arrecadação efetiva alcançou R\$ 33,7 bilhões ao final do exercício, em razão de frustrações na arrecadação extraordinária esperada. Projeções internas desta Consultoria apontam para uma arrecadação de R\$ 45,0 bilhões nesta rubrica, em 2025, tudo o mais constante.

Pelo lado da despesa, destacam-se os benefícios previdenciários, que superaram as previsões para o bimestre em R\$ 3,0 bilhões (R\$ 150,3 bilhões pagos, R\$ 147,3 bilhões previstos) – novamente sugerindo a necessidade de revisão dos números do PLOA<sup>4</sup>. As despesas com abono e seguro desemprego também superaram as estimativas do PLOA, em R\$ 0,9 bilhão, ou 7,6% a mais que o esperado para os dois primeiros meses do ano. Noutro sentido, os gastos com o BPC foram apenas marginalmente superiores (em R\$ 0,4 bilhão, ou 1,6%, no bimestre) às previsões do PLOA 2025, o que pode sugerir que se fazem sentir os primeiros efeitos derivados de medidas de gestão adotadas pelo Poder Executivo<sup>5</sup> com vistas ao controle desse agregado.

Vale mencionar, ainda, o caso do Auxílio-Gás: a dotação prevista no projeto de lei orçamentária para o corrente exercício, no valor de R\$ 600,0 milhões, já praticamente se esvaiu – foram pagos R\$ 572,4 milhões até então, de modo a honrar o calendário de pagamentos do benefício até fevereiro, com base na autorização dada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (LDO 2025) para execução provisória do projeto de Lei Orçamentária. Tal constatação confirma os alertas desta Conof acerca da insuficiência da dotação consignada ao mencionado auxílio para o ano de 2025, indicando a necessidade, agora premente, de suplementar as disponibilidades orçamentárias do programa de modo a viabilizar sua regular continuidade durante os próximos meses.

### **3. PROJEÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2025**

---

Nesse contexto, as projeções atualizadas<sup>6</sup> da Conof, indicam, no cenário-base, despesas primárias ligeiramente inferiores (R\$ 2.384,2 bilhões), em relação aos números constantes do PLOA 2025, e

---

<sup>4</sup> A esse ritmo, a correção total da despesa seria de, no mínimo, R\$ 12,0 bilhões. Projeções desta Conof indicam a necessidade de ajuste da ordem de R\$ 20 bilhões.

<sup>5</sup> Medidas essas que são amparadas por atos normativos legais e infralegais editados no último ano, a exemplo da Lei nº 14.973/2024, que permite ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a adoção de medidas cautelares diante de possíveis irregularidades ou fraudes na concessão do BPC.

<sup>6</sup> Já considerando os dados preliminares de execução do mês de fevereiro/2025.

número mais conservador para receitas líquidas (R\$ 2.316,1 bilhões). De tais estimativas resulta, assim, um resultado primário deficitário em 2025 de aproximadamente R\$ 68,2 bilhões, ou 0,5% do PIB.

As projeções em comento não incorporam, por conservadorismo, efeitos de novas medidas extraordinárias de arrecadação, de receitas condicionadas, ou de revisão de gasto previstas no PLOA 2025 reputadas como pouco prováveis<sup>7</sup>. A concretização de tais medidas tende a melhorar o resultado projetado para o exercício.

Tomando esse cenário como paradigma, e supondo inércia dos gestores da política fiscal, o alcance da meta de resultado primário nulo, em 2025, dependeria de choques exógenos que alterassem o comportamento esperado de despesas e, especialmente, receitas primárias. Estima-se que a probabilidade de alcance de tal resultado é inferior a 30%; caso admitido o cumprimento da meta pelo limite inferior do intervalo de tolerância, a probabilidade estimada eleva-se para algo em torno de 45%<sup>8</sup>. Noutro sentido, assumindo-se uma postura proativa da autoridade fiscal<sup>9</sup> e admitindo-se o abatimento das despesas com precatórios, a probabilidade de cumprimento da meta aproxima-se de 90%.

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes, ver Apêndice 1 ao Estudo Técnico nº 04/2025.

<sup>8</sup> Percentual não considera a exclusão, para fins de cômputo da meta, do valor de R\$ 44,1 bilhões, referente a despesas com precatórios excedentes ao limite de despesas dessa natureza, no exercício.

<sup>9</sup> Em oposição ao ocorrido em 2024, admitem-se maiores chances de anúncio de contingenciamento já no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º bimestre, em virtude de necessidade de perseguição da meta de déficit zero, com amparo ao disposto no art. 69 da LDO 2025.

## APÊNDICE I – RESULTADO PRIMÁRIO - FEVEREIRO/2025 – DADOS PRELIMINARES

R\$ bilhões constantes de fev/2025

	fev/24	fev/25
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>199,0</b>	<b>201,5</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>126,4</b>	<b>127,9</b>
1.1.1 Imposto sobre a Importação	5,0	7,1
1.1.2 IPI	5,7	7,2
1.1.3 Imposto sobre a Renda	59,9	57,6
1.1.4 IOF	5,5	6,2
1.1.5 Cofins	27,1	27,3
1.1.6 PIS/Pasep	8,4	7,9
1.1.7 CSLL	12,5	10,5
1.1.8 CIDE - Combustíveis	0,3	0,4
1.1.9 Outras Receitas Administradas pela RFB	2,1	3,7
<b>1.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>50,3</b>	<b>53,6</b>
<b>1.3 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>22,2</b>	<b>20,0</b>
1.3.1 Concessões e Permissões	0,2	0,2
1.3.2 Dividendos e Participações	4,0	1,7
1.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,5	1,5
1.3.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,3	7,6
1.3.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2,4	1,9
1.3.6 Contribuição do Salário Educação	2,6	2,8
1.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0
1.3.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5,3	4,2
<b>2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>59,6</b>	<b>59,3</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	<b>139,4</b>	<b>142,3</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>200,6</b>	<b>174,0</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>75,4</b>	<b>77,1</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>29,8</b>	<b>29,5</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>54,3</b>	<b>26,3</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	7,4	7,9
4.3.2 Anistiados	0,0	0,0
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	0,1	0,1
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9,1	10,3
4.3.6 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	0,3
4.3.7 FUNDEB (Complementação da União)	2,7	3,1
4.3.8 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	0,4	0,3
4.3.9 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,5	1,3
4.3.10 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3
4.3.11 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	31,0	0,3
4.3.12 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,1	2,2
4.3.13 Transferências ANA	0,0	0,0
4.3.14 Transferências Multas ANEEL	0,2	0,2
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>41,1</b>	<b>41,1</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	28,7	30,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	12,5	10,9
<b>5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)</b>	<b>(61,2)</b>	<b>(31,7)</b>

Elaboração própria.

## APÊNDICE II – NÚMEROS SELECIONADOS DO 1º BIMESTRE: PROJEÇÕES X REALIZADO

	Acumulado Jan-Fev 2025 (R\$ bilhões correntes)		
	Realizado	PLOA 2025	Projeção CONOF
<b>Receitas</b>			
Receita Administrada pela RFB	347,2	353,9	351,1
Imposto sobre a Importação	15,8	11,6	14,5
IPI	13,8	13,8	13,6
Imposto sobre a Renda	171,4	167,1	172,3
IOF	11,4	10,9	10,9
Cofins	62,7	65,9	65,5
PIS/Pasep	17,7	19,2	18,7
CSLL	45,6	47,7	47,1
CIDE Combustíveis	0,5	0,7	0,4
Outras Receitas Administradas pela RFB	8,3	17,0	8,1
Arrecadação Líquida para o RGPS	107,3	110,2	106,2
<b>Despesas</b>			
Benefícios Previdenciários	150,3	147,3	150,8
Abono e Seguro Desemprego	13,1	12,2	12,2
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	20,4	20,0	22,4

Fontes: PLOA 2025, Relatório do Tesouro Nacional jan/2025, SIAFI. Elaboração própria.

## APÊNDICE III – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL: PLOA 2025 X PROJEÇÕES CONOF

	R\$ bilhões	
	PLOA 2025	Cenário Conof <sup>1</sup>
<b>1. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>2907,8</b>	<b>2.882,2</b>
1.1 <i>Receita Administrada pela RFB</i>	1884,0	1.851,4
1.2 <i>Incentivos Fiscais</i>	0,0	0,0
1.3 <i>Arrecadação Líquida para o RGPS</i>	713,9	692,2
1.4 <i>Receitas Não Administradas pela RFB</i>	310,0	338,6
<b>2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>558,7</b>	<b>566,1</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)</b>	<b>2349,0</b>	<b>2.316,1</b>
<b>4. DESPESA PRIMÁRIA</b>	<b>2389,5</b>	<b>2.384,2</b>
4.1 <i>Benefícios Previdenciários</i>	1007,2	1.028,6
4.2 <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	413,2	415,8
4.3 <i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	419,8	408,9
4.4 <i>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</i>	549,4	530,9
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-40,4</b>	<b>-68,2</b>

(1) Projeções atualizadas, já considerando os dados preliminares de execução do mês de fevereiro/2025.